

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Alicia Carrilho Gomes¹
Flávia Barbosa da Silva Dutra

RESUMO

É notório, que com o passar dos últimos anos, está cada vez mais frequente encontrar pessoas com deficiência (PcD) em espaços comuns da sociedade, principalmente nas etapas básicas da educação. Isto se dá a partir dos marcos legais e do reconhecimento dos direitos das PcD, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, o Decreto nº 7.611 e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 e (BRASIL, 1996, 2011, 2015). Observando o aumento de matrículas de estudantes com deficiência na educação básica (INEP, 2022) e a obrigação do sistema de ensino em possuir professores qualificados para atender estudantes com deficiência, se faz necessário que a graduação acompanhe estes informes; pois é nos cursos de formação de professores que eles iniciam esta qualificação, e, portanto os devidos currículos, principalmente os universitários, devem oferecer subsídios mínimos para tal.

Esta pesquisa de caráter qualitativo teve como objetivo geral analisar a formação de professores de Educação Física quanto a Educação Inclusiva. Já os objetivos específicos foram: a) aplicar um questionário para professores de Educação Física do Rio de Janeiro de escolas particulares e públicas; b) verificar, a partir do questionário, se os professores participantes tiveram contato com os conteúdos obrigatórios da graduação relacionados à Educação Inclusiva e se de alguma forma, na opinião deles, isto contribuiu para sua atuação profissional com estudantes com deficiência e; c) relatar se dentre os professores participantes há casos de busca por disciplinas eletivas durante a graduação ou por formação continuada. Um questionário formulado pelo Google Forms, com perguntas fechadas e abertas, foi aplicado a professores de Educação Física que atuem ou já tenham atuado em escolas particulares ou públicas do Estado do Rio de Janeiro. Obtivemos a resposta de 18 professores, todos acordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram identificados de “P1” a “P18”. Esta pesquisa com número CAAE 26291919.4.0000.5259, teve a submissão de pesquisa realizada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Instituição proponente Uerj. A análise de dados ocorreu através do método análise estatística descritiva.

Na discussão dos resultados, após traçar o perfil dos participantes, foi abordado se eles tiveram contato com disciplinas obrigatórias acerca da temática da Educação Inclusiva; se houve busca por disciplinas eletivas que também abordassem esta temática; se os participantes buscaram por alguma formação continuada relacionada

¹ aliciacarrilho@gmail.com

ao tema; se já tiveram estudantes com deficiência em suas turmas e se conseguiram atender estes estudantes. Os dados nos mostram que apesar dos avanços nas políticas educacionais, as disciplinas do curso de licenciatura em Educação Física ainda não são aprofundadas, não contemplando a diversidade das PcD e não suprimindo as demandas dos professores para sua atuação futura na escola. Faz-se necessário repensar como estas disciplinas são trabalhadas, a sua carga horária e sua correlação com a realidade escolar e a prática docente para melhor preparar esses professores. Percebemos que nem todos os participantes tiveram disciplinas obrigatórias que abordassem o tema da Educação Inclusiva em seu curso de graduação, mas que a maioria buscou por disciplinas eletivas e por alguma formação continuada, com o intuito principal de se desenvolver como um profissional melhor e atender as demandas dos estudantes com deficiência. Foi observado nos relatos dos participantes que ter um contato prévio com a PcD é um fator de relevância para motivá-los à busca pela temática da inclusão e maior conhecimento na área. Por fim concluiu-se que para além da própria formação e especialização do professor, é necessária uma ação conjunta com a coordenação e equipe escolar, os responsáveis, os demais estudantes e ações efetivas do governo para que a inclusão dos estudantes com deficiência seja possível e não fique limitada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.39, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.
- BRASIL. Decreto no 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.